

PLATAFORMA 2020

ELEIÇÕES MUNICIPAIS



Sindicato
dos Jornalistas
no Ceará

SINDIUTE
Nossa escola de luta

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - pág. 03

EIXO 1 - TRABALHO - pág. 04

EIXO 2 - ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO PÚBLICO - pág. 06

EIXO 3 - SUSTENTABILIDADE - pág. 09

EIXO 4 - ESTADO E SOCIEDADE - pág. 14

EIXO 5 - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES - pág. 18

EIXO 6 - POLÍTICAS TEMÁTICAS - pág. 21

**EIXO 7 - JORNALISMO, MÍDIA PÚBLICA E DEMOCRATIZAÇÃO DA
COMUNICAÇÃO - pág. 24**

APRESENTAÇÃO

Uma entidade sindical não é um partido, mas é um ente político que tem lado. E é sempre o da classe a que pertence. É sempre do lado dos trabalhadores. É obrigação do sindicalismo fazer o trabalho de educação política e esclarecer os interesses em jogo no processo político eleitoral. Por isso, a Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (Fetamce), o Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce) e o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (Sindiute) se unem para apresentar aos candidatos e às candidatas para cargos eletivos e para a sociedade a Plataforma dos Servidores/as Municipais, Jornalistas e Professores/as de Fortaleza para as Eleições 2020.

O material, construído pelas três entidades parceiras, elenca as principais pautas dos segmentos, debatidas nos últimos congressos estaduais de cada categoria. As propostas apresentadas são o espelho do que servidores públicos, professores e jornalistas esperam para o Ceará e para o Brasil, tanto do Executivo quanto do Legislativo.

É importante frisar que, desde 2015, vivemos o acirramento da disputa de projetos políticos para o país. Nesse sentido, servidores, educadores e operários da notícia entendem como fundamental para a classe trabalhadora garantir a continuidade e o aprofundamento de políticas que fortaleçam o projeto de sociedade democrática, o que implica desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda, inclusão social, geração de emprego de qualidade, concursos públicos, trabalho decente e direito à comunicação e informação.

Tudo isso vai na perspectiva da consolidação de um projeto de desenvolvimento democrático-popular capaz de ampliar a capacidade do Estado em investir em infraestrutura, sistemas tributários justos e em políticas públicas voltadas para o atendimento da população, em especial nas áreas educação, saúde, mobilidade urbana, segurança e proteção social. As propostas também defendem a retomada de direitos usurpados, especialmente os do trabalho, e fortalecimento dos processos de democracia direta e participativa.

A Plataforma é, ainda, um instrumento para a consolidação de parcerias no movimento sindical e social, para o enraizamento de propostas e intervenção efetiva nos rumos das cidades do Ceará. O documento é uma referência para posicionamentos, negociação, mobilização e acompanhamento das políticas a serem implementadas.

As Eleições Municipais de 2020 serão um teste decisivo para os rumos do Brasil. Assim, chamamos as candidatas e os candidatos às Câmaras Municipais e às Prefeituras de todo o Ceará a firmarem compromisso público para defender a dignidade dos servidores públicos municipais, professores de Fortaleza e jornalistas, assim como a responsabilidade social que carregam estas profissões, as liberdades, a democratização do Estado, os direitos humanos, a consolidação da democracia e, principalmente, a garantia de uma sociedade justa e igualitária.

Direções da Fetamce, do Sindiute e do Sindjorce

PROPOSTAS

EIXO 1 - TRABALHO

- Revogar todas as Medidas e Reformas que retiram direitos trabalhistas da classe trabalhadora;
- Construir um programa de emprego à classe trabalhadora, assegurado pelo Estado, em parceria com o setor privado, para conter as crises - econômica e social agravadas pela crise sanitária do Coronavírus;
- Combater o desemprego, que atinge metade da população brasileira, com políticas prioritárias de geração e proteção ao emprego e a renda. Desse modo, impulsionar a economia brasileira com crescimento do emprego, inclusive para os empregos nos serviços públicos, como parte da ação municipal para a recuperação e a retomada do desenvolvimento.
- Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento. Erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil, especialmente nas suas piores formas e fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como instrumento de governabilidade democrática.
- Assegurar o emprego decente no serviço público municipal para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor. Cumprir o salário mínimo nacional, cumprir as Leis do Piso Nacional da Educação e dos ACS's e ACEs, assim como, adotar medidas de saúde e segurança no trabalho e promover acessibilidade nos ambientes de trabalho;
- Garantir a retomada dos direitos trabalhistas usurpados da classe trabalhadora no processo de reforma trabalhista de 2017;
- Promover a democratização das relações de trabalho e implementar a Política de Valorização dos Servidores Públicos, por meio de uma política de Plano de Cargos, Carreira e Salários para trabalhadores/as, garantindo ascensão funcional assim como o acesso e ingresso na Administração Pública apenas por concurso público;
- Promover iniciativas no âmbito da fiscalização para combater a ilegalidade e construir mecanismos de proteção social para garantir o acesso aos direitos daquelas que se encontram desprotegidas por executar seu trabalho na informalidade, no trabalho doméstico e de cuidados etc., uma vez que esta prática atinge mais as mulheres.
- Articular as políticas municipais para a geração de emprego com políticas que visem a formalização do trabalho e a estruturação do mercado de trabalho, considerando as dimensões de geração, gênero e raça;
- Construir nos municípios um acompanhamento aprofundado das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra e de seguro-desemprego, especialmente para jovens, mulheres, população negra e migrantes;
- Implementar políticas específicas para as micro e pequenas empresas que gerem emprego

- formal, efetivando a Lei Geral das micro e pequenas empresas nos municípios;
- Criar mecanismos de inserção produtiva dos beneficiários do programa Bolsa Família e ampliar este programa para a população que mais necessita;
 - Utilizar dispositivos públicos de garantia de emprego para o trabalho temporário, programas excepcionais de obras públicas e outras medidas de criação direta de emprego;
 - Implementar Políticas Públicas nos cursos de formação e acesso ao emprego para trabalhadores/ as negras e negros migrantes;
 - Políticas Públicas de acesso ao trabalho e renda e políticas de fomento à produção e comercialização nas comunidades quilombolas, que respeitem a sua cultura de saberes.
 - Promover ações que superem as desigualdades presentes no mercado de trabalho local. Desse modo, criar programas para inclusão no mercado de trabalho por meio da educação profissional, escolarização e orientação para reinserção ao trabalho, valorizando as diversidades regionais;
 - Criar programas de capacitação profissional, escolarização, inclusão e a reinserção no mercado de trabalho de mulheres, sobretudo acima dos 40 anos de idade, negros, índios, pessoas com deficiência, homossexuais, ex-detentos, migrantes e jovens, por meio de aprendizagem prática e valorizando as diversidades regionais;
 - Desenvolver políticas de combate à discriminação de cor, raça, gênero, religião, geracional e da pessoa com deficiência através de campanhas de conscientização e do combate a formas de discriminação na contratação ou no ambiente de trabalho;
 - Assegurar ao adolescente com deficiência programas de formação profissional, respeitando suas possibilidades e aptidões, assim como, o cumprimento da lei de cotas para trabalhadores e trabalhadoras com deficiência;
 - Combater todas as formas de trabalho precário, em especial, a terceirização, com a criação de mecanismos que impeçam esta prática, como a extensão dos direitos dos trabalhadores/as das tomadoras de serviços aos trabalhadores/as das empresas terceirizadas, com o mesmo patamar de garantias sociais, trabalhistas, previdenciárias e de organização, além dos direitos conquistados nas negociações e convenções coletivas;
 - Garantir a aplicação da lei de combate ao assédio moral e à violência de gênero nos locais de trabalho e promover ações de combate ao trabalho escravo;
 - Implantar Programa de Valorização dos Trabalhadores/as no Serviço Público Municipal contemplando metas voltadas para a saúde e segurança no trabalho, melhoria das condições físicas e de equipamentos nos locais de trabalho e acesso às políticas específicas de habitação, cultura e crédito;
 - Reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais e 30 horas para os trabalhadores da saúde, sem redução de salários, com limitação de horas extras e eliminação ou restrição do banco de horas.

EIXO 2 - ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO (GESTÃO) E ORÇAMENTO PÚBLICO

- Implementar um programa de recuperação econômica, em que os municípios estimulem os arranjos produtivos locais, e assim, possibilitem impulsionar a arrecadação tributária municipal;
- Criar uma Política Estadual de Re(Q)ualificação Profissional, junto às cooperativas e empresas públicas como forma de gerar novas aptidões e capacidades produtivas e intelectuais ao processo de trabalho, ressignificando e reconhecendo saberes populares, estimados pelos municípios;
- Fomentar a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, valorizando as potencialidades locais e investindo na capacitação profissional e tecnológica, especialmente de famílias monoparentais e da juventude;
- Orientar a criação de Cooperativas e Associações Produtivas; Implantar Feiras com Produtos da Agricultura Familiar;
- Organizar espaços gastronômicos para comercialização (Food Park); criar a Central do Microempreendedor Individual (MEI); Instalar Galpão de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos;
- Cancelamentos dos contratos de Parceria Público-Privado (PPPs) existentes, sem indenizações;
- Trabalhar incessantemente pela extinção das metas de produtividade;
- Realizar diagnóstico de potencialidades locais e estimular o turismo sustentável, feiras e eventos;
- Realizar Cursos de Capacitação em parceria com o PRONATEC;
- Promover treinamento em gestão de negócios com o SEBRAE;
- Instituir Bancos Comunitários, Feiras de Trocas e Moedas Sociais.
- Assegurar medidas legais e ferramentas que facilitem o acompanhamento das ações dos governos municipais;
- Combater a informalidade nas empresas instaladas nas cidades/Estado (especialmente micro e pequenas);
- Fortalecimento das Empresas Públicas;
- Apoiar o cooperativismo de crédito e as instituições de micro finanças;
- Criar formas de financiamento produtivo;
- Reduzir a dependência de auxílios estatais e de financiamento da dívida;
- Promover a cooperação e as parcerias entre os municípios, Estado e União ampliando os resultados, promovendo a implantação e funcionamento do desenvolvimento territorial;
- Fortalecer a Economia Solidária através do desenvolvimento da comercialização, crédito, marco jurídico, formação, cooperação internacional, tecnologia, redes e cadeias de produção e de comercialização;
- Formular um Pacto de Combate à Pobreza Local em parceria com todos os setores da sociedade e as três esferas de Poder (municipal, estadual e federal) estabelecendo metas,

estratégias e recursos, levando em consideração as especificidades das zonas urbana e rural.

- Focalizar ações com recortes de gênero, geração, raça e orientação sexual buscando a implementação de uma política afirmativa e inclusiva de investimento público;
- Realizar a Auditoria Cidadã da Dívida Pública Brasileira, para que todas as ilegalidades possam ser segregadas e devidamente repudiadas;
- Reduzir a taxa básica de juros no país e enfrentar os pilares macroeconômicos neoliberais que ainda persistem na política econômica nacional, tais como o superávit primário, alguns pontos da lei de responsabilidade fiscal e o controle da inflação pela elevação da taxa básica de juros
- Implementar medidas para o controle da especulação financeira e do rentismo por meio da redução dos juros reais no país, da redução dos juros para pessoas física e jurídica e da instituição de medidas de controle do Estado sobre os fluxos de capitais com taxação específica sobre as operações internacionais.
- Reduzir os spreads cobrados pelos bancos no Brasil.
- Promover a gestão das finanças locais através de bancos comunitários locais, cooperativas de crédito, que garantam que os recursos circulem no município e na região.
- Políticas de promoção do desenvolvimento industrial
- Desenvolver política macroeconômica, alinhada ao projeto de desenvolvimento via industrialização.
- Promover política externa que leve à inserção soberana do Brasil no novo paradigma industrial e tecnológico, com uma política de comércio exterior que se oriente pelo comércio justo e pela utilização soberana dos recursos naturais, com uma pauta exportadora mais diversificada e com produtos de maior valor agregado.
- Conceber política industrial a partir das questões horizontais, como ampliação da demanda interna, participação das empresas nacionais nas cadeias globais de valores e, políticas para promoção da atualização do parque industrial, independentemente do tamanho;
- Criar Conselhos de Competitividade Setoriais de caráter consultivo e composição tripartite (governo, empresários e trabalhadores) que assegurem contrapartidas de emprego, investimento e inovação, que busquem atenuar as desigualdades regionais e que elaborem medidas alinhadas a diretrizes de desenvolvimento, inovação e readensamento da indústria nacional.
- Elaborar plano de inserção no novo paradigma industrial que incentive os segmentos "portadores do futuro", assim como o de bens de capital.
- Estabelecer contrapartidas socioambientais, de emprego, metas de inovação e nacionalização da produção e redução de impacto ambiental para o acesso a benefícios fiscais e de financiamento produtivo. Política industrial e tecnológica alinhada com a preservação do meio ambiente e com a exploração sustentável dos recursos naturais
- Promover processos produtivos e produtos ambientalmente sustentáveis; estimular a indústria de recicláveis, de logística e manufatura reversa, além de garantir o tratamento adequado aos resíduos sólidos.
- Investir em setores econômicos sustentáveis e de baixo carbono com geração de emprego decente e com diálogo social, por meio de consultas aos setores diretamente afetados.

- Regular a exploração e extração mineral e vegetal com proteção da biodiversidade, pensando no longo prazo, na transformação desses recursos naturais em nosso território, procurando evitar a exportação de commodities para produzir e exportar bens finais, garantindo uma tributação adequada dessa exploração para promoção dos territórios.
- Defender o controle e o planejamento estatal na gestão da cadeia produtiva petroquímica por meio da liderança da Petrobrás, e da produção de energia por meio da Eletrobrás, no contexto do projeto de desenvolvimento.
- Garantir o controle 100% estatal da Petrobras e Eletrobras, empresas nacionais estratégicas para o desenvolvimento nacional. Criar novo modelo de partilha (marco regulatório) que englobe o desenvolvimento de conteúdo local, fundos sociais e recursos para políticas públicas na saúde e educação.
- Ampliar a Participação Popular no Controle e implementar órgãos de controle social sobre o orçamento;
- Realizar a divulgação das ações governamentais, informando sobre a execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias, passagens e outras;
- Implantar mecanismos de inibição ou redução de desvios, malversação e desperdício de recursos públicos;
- Dinamizar o funcionamento dos Conselhos de Controle Social das Políticas Públicas;
- Criar instrumentos de participação popular no planejamento das políticas públicas e elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Implantar o Observatório Social para monitorar indicadores de resultados das políticas públicas;
- Instituir a Ouvidoria Municipal para receber e encaminhar críticas, denúncias e sugestões sobre a gestão pública.
- Criar projeto local sobre transparência e controle social, que permita a participação popular direta na construção das políticas de orçamento público;
- Adotar o Orçamento Participativo - instrumento pelo qual o cidadão vê o ingresso e a saída de recursos e onde eles se aplicam.
- Disponibilizar o instrumento de informação para que ela efetue consultas, plebiscitos, referendos e outras tantas modalidades de participação da população;
- Tornar públicas, transparentes e abertas todas as informações da administração municipal, os indicadores da cidade e os dados orçamentários.
- Fazer constar no Plano Plurianual na Lei de Diretrizes Orçamentária e na Lei Orçamentária Anual, diretrizes e índices de reajuste salarial e programas de valorização dos servidores públicos municipais, fazendo ampla convocação na fase de elaboração e ampla divulgação depois de sua conclusão.

EIXO 3 - SUSTENTABILIDADE

- Desenvolver política de desenvolvimento local que promova o cooperativismo, o associativismo e a economia solidária, propiciando as condições de apropriação de conhecimento, organização social, geração de renda e agroecologia, e de organização da produção, industrialização e comercialização, através de políticas públicas de crédito, infraestrutura, saúde, educação e assistência técnica;
- Criar e consolidar políticas para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais, com diagnósticos sobre a vocação de cada região e a criação de pólos de dinamismo regional;
- Elaborar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar que defina as ações do governo voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no município, garantindo sua participação da sociedade;
- Desenvolver políticas públicas que contribuam para melhoria da qualidade de vida das famílias do meio rural, em especial, com a garantia de equipamentos públicos no campo, como escolas, creches, unidades de saúde, entre outros;
- Promover as políticas de desenvolvimento da Agricultura Familiar via fomento de crédito, política de comercialização local, apoio técnico e formação profissional, assim como integrar a agricultura familiar às economias locais;
- Promover a regularização fundiária e cadastramento de unidades domésticas rurais;
- Promover o PPA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) no município; Garantir assistência técnica (ATER) às mulheres agricultoras;
- Implementar o Programa de Hortas Urbanas coletivas ou domésticas, com benefícios relacionados à segurança alimentar e ao Meio Ambiente.
- Formular Planos de Governo em cumprimento da Política Municipal de Mudanças Climáticas (Lei nº 530/08), em consonância com a Política Estadual e Nacional de Mudanças Climáticas, a de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97), a Lei de Saneamento e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10);
- Promover a limpeza, despoluição e canalização de córregos, drenagem de áreas alagadas;
- Implantar um Sistema de Gestão e Gerenciamento de Riscos Ambientais;
- Elaborar Planos Especiais de Prevenção para moradias de alto risco com comprometimento da defesa civil e participação das populações;
- Fazer a prevenção e provisão habitacional para acomodação das famílias desabrigadas devido às chuvas, tanto na zona urbana quanto na rural;
- Criar oportunidades de geração de emprego e renda com prioridade às famílias desabrigadas e imediata restituição do município às perdas dos agricultores/as;
- Adotar princípios que reduzam ou eliminem a geração de substâncias perigosas, desde o projeto, à produção e à aplicação de produtos químicos através do uso de materiais renováveis atóxicos e biodegradáveis, criando um banco de dados no município com dados das empresas e seus respectivos riscos;
- Garantir o manejo adequado de substâncias químicas desde a sua elaboração, produção, transporte, utilização até o descarte, protegendo os trabalhadores/as e o Meio Ambiente;

- Estabelecer políticas municipais de combate à desertificação;
- Proporcionar aos/as trabalhadores/as meios de prevenção à desertificação e alternativas de emprego e renda;
- Garantir a promoção de meios de subsistência alternativos para os trabalhadores/as e trabalhadoras do campo nas regiões atingidas pela desertificação;
- Garantir a participação e gestão dos trabalhadores/as nos recursos internacionais e nacionais, nas decisões e implementação de estratégias de combate à desertificação;
- Estabelecer ações preventivas e de amparo aos refugiados/as ambientais.
- Implementar a gestão municipal dos serviços de abastecimento de água, esgoto sanitário, resíduos sólidos e drenagem, com a criação de uma estrutura técnica visando a melhoria da qualidade, da eficiência, da fiscalização e da regulação dos serviços nas áreas urbanas e rurais;
- Criar, neste sistema, indicadores para avaliação dos serviços hídricos e de saneamento, e a divulgação dos índices de cobertura de abastecimento de água e esgoto sanitário;
- Criar conselho de políticas públicas e controle social dos serviços de saneamento, com composição paritária entre poder público e sociedade civil (garantindo vagas para as entidades de classe, bem como para sindicato representante dos trabalhadores), com poderes deliberativos em relação a essas políticas e à gestão dos serviços;
- Combater toda forma de privatização (privatização, concessão privada, parcerias público privadas) e de precarização dos serviços (terceirizações);
- Promover emenda na Lei Orgânica do Município, com a inclusão do saneamento como direito humano fundamental e determinando que a sua privatização ou concessão privada deve ser objeto de aprovação através de plebiscito popular;
- Incluir no plano municipal de saneamento a constituição do fundo municipal de saneamento, para subsidiar as políticas de universalização dos serviços, principalmente nas áreas de fundo de vales, encostas, áreas de risco e periferias;
- Ampliar a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto;
- Elaborar e implantar planos municipais de destinação e reaproveitamento de resíduos inertes (resíduos da construção civil).
- Constituir Conselhos Municipais de Energia visando o controle social para formulação de programas e fomento à eficiência energética e conservação de energia na prestação dos serviços;
- Incentivar, fomentar, viabilizar tecnicamente as cooperativas de reciclagem de biodiesel (reaproveitamento do óleo de cozinha);
- Identificar todos os cidadãos/ãs, principalmente os localizados na área rural que ainda não tenham acesso à energia, encaminhando-os para o Programa Luz Para Todos e para solicitação de tarifas sociais;
- Implementar política de conversão da frota de transporte coletivo público para combustível menos poluente e energeticamente mais viável.
- Desenvolver política para o destino e aproveitamento de resíduos sólidos;
- Elaborar e executar os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, garantindo a criação e manutenção de aterros sanitários e o fim dos lixões no município. Assim, como, proteger as comunidades e populações entorno dos depósitos de lixos.

- Ampliar políticas de coleta seletiva de lixo e a criação de cooperativas de reciclagem de lixo.
- Promover o Consumo Sustentável;
- Desenvolver pesquisas, estudos e promover campanhas de sensibilização e de mudanças na percepção de suficiência, tanto no setor produtivo quanto para os consumidores, promovendo mudanças de comportamento na relação de consumo-uso-descarte;
- Ampliar e incentivar as iniciativas de promoção do Consumo Consciente que garantam a melhoria da eficiência na utilização de insumos e recursos, com gerenciamento e redução de gastos de energia, papéis, água, telefone e produção de CO²;
- Ampliar as políticas públicas, a visibilidade e a ampliação de instrumentos jurídicos, políticos e econômicos que garantam o cumprimento das responsabilidades empresariais no âmbito dos municípios, assim como a ampliação de políticas e investimento nas iniciativas alternativas de Economia Solidária, Comércio Justo e Solidário e Agroecologia.
- Identificar e diagnosticar impactos ambientais no solo provocados pela especulação imobiliária, assegurando a responsabilização e indenização dos prejuízos aos cofres municipais para sua imediata recuperação;
- Recuperar nascentes, margens e demais áreas degradadas, preservação da vegetação ciliar, várzeas, brejos naturais, áreas de vegetação rasteira e redução drástica de intervenções químicas, físicas e biológicas no solo, a partir dos municípios;
- Combater os fatores diretos de agressão ao solo e recuperação de áreas degradadas por meio de ações humanas (desmatamento, uso excessivo da vegetação, cortes e aterros, remoção da cobertura florestal, pastagem excessiva);
- Abrir concursos para agentes públicos visando o fortalecimento do município e garantindo o funcionamento das secretarias e órgãos da Prefeitura no planejamento, sustentação, execução e monitoramento das políticas de Educação Ambiental.
- Constituir projetos e programas educacionais relacionados à biodiversidade e áreas verdes, à vulnerabilidade aos riscos à preservação socioambiental.
- Criar mais faixas de pedestres, melhorar a integração com o transporte público;
- Garantir que as vias para pedestre tenham manutenção permanente e sejam ampliadas nos locais de maior fluxo, com pavimentação adequada e acessibilidade para os pedestres;
- Incluir nos planos e projetos de infraestrutura urbana os deslocamentos a pé, para que esse tipo de deslocamento tenha seu espaço garantido na cidade;
- Garantir que os semáforos de pedestre tenham o tempo adequado para a sua circulação;
- Garantir tarifas sociais para o transporte público, com a adoção de subsídios e a ampliação do acesso ao vale transporte;
- Redefinir as fontes de recursos para implementar a gratuidade no sistema de transporte público para estudantes e desempregados em geral, de forma a não penalizar os usuários do transporte público;
- Impulsionar a elaboração, e posterior implementação, de marco regulatório da mineração construído de forma participativa e democrática que responsabilize as empresas quanto aos impactos ambientais, direitos dos (as) trabalhadores (as) e das comunidades.
- Investir em pesquisa e políticas públicas para mitigar os impactos sociais e de emprego dos (as) trabalhadores (as) diretamente ligados a setores que mais contaminam o meio ambiente, assegurando que esta estratégia seja desenvolvida com participação das

entidades sindicais.

- Assegurar incentivos fiscais para as empresas que investirem em transição para tecnologias mais limpas, associadas a políticas de realocação profissional ou preservação dos empregos.
- Garantir a transição justa nas políticas implementadas para o enfrentamento das mudanças climáticas, para trabalhadores (a)s ligados a setores que serão transformados assim como para comunidades diretamente impactadas no processo.
- Consolidar política energética democrática que garanta a soberania nacional e o desenvolvimento econômico e social, com matriz que garanta a sustentabilidade de produção e o uso de energias renováveis.
- Constituir fundo vinculado a educação e trabalho para os povos do mar, com Incentivo à Pesca Artesanal;
- Exigir EIA/RIMA para todos os projetos de energia eólica a serem instalados na zona costeira e na região serrana do estado;
- Apoiar à produção e comercialização de pescados destinadas ao consumo interno.
- Vetar financiamentos aos empreendimentos turísticos de grande porte que promovam o desalojamento de famílias locais e a descaracterização cultural da comunidade e da paisagem;
- Apoio a agricultura familiar;
- Impulsionar o turismo de base comunitária e outras atividades produtivas na zona costeira;
- Consolidar o protagonismo comunitário da cadeia produtiva.
- Garantir a recuperação de APPs degradadas;
- Criar proteção das áreas de manguezal;
- Elaboração de um plano de Manejo para unidades de Conservação ambiental;
- Elaboração de plano de recuperação de áreas Degradadas por lixões;
- Rejeitar o pacote do veneno agrícola que leve à flexibilização do controle dos agrotóxicos e transgênicos.
- Revogar decretos que concedem benefícios e/ou isenções tarifários e tributários às indústrias hidro-intensivas e poluentes;
- Realizar audiências públicas para criar planos emergenciais com relação às secas e estiagens.
- Assegurar municípios ambientalmente saudáveis e sustentáveis, reduzindo o desperdício, promovendo a proteção ambiental e estimulando novas práticas de consumo.
- Auditar outorgas de direito de uso de água concedidas às indústrias e ao agronegócio;
- Rejeitar projeto de privatização da água e saneamento nos municípios;
- Criar plano de reuso da água.
- Implantar a política municipal de saneamento e de gestão de resíduos sólidos;
- Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos;
- Fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento;
- Reforçar a cooperação para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa e renováveis;

- Implantar a arborização de áreas degradadas e programas de educação ambiental nas escolas e comunidades;
- Estimular a produção agroecológica e a produção orgânica assegurando assistência técnica e compra direta;
- Implantar na merenda escolar produtos orgânicos e agroecológicos.
- Ativar ações de promoção da Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ecológica, Sustentabilidade Cultural, Sustentabilidade Espacial, Sustentabilidade Política e Sustentabilidade Ambiental;
- Criar e promover ações de visibilidades nos Conselhos de Defesa do Meio Ambiente e Conselhos de Desenvolvimento Sustentável.
- Assegurar incentivos fiscais para as empresas que investirem em transição para tecnologias mais limpas, associadas a políticas de realocação profissional ou preservação dos empregos;
- Empregos Verdes que reduzem o impacto ambiental das empresas e dos setores econômicos a níveis sustentáveis. Incluem trabalho nos diversos setores da economia que contribuem para conservar ou restabelecer a qualidade ambiental;
- Combater o crescente desmatamento nas APAS;
- Respeito às normas básicas de preservação do Meio Ambiente;
- Adotar princípios e métodos de construções sustentáveis, eficiência energética, uso racional de água e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos na construção, reforma e ampliação de prédios;
- Constituir, através das representações no Conselho Municipal de Cidades, grupos que monitorem e acompanhem a aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento do município;
- Ampliar a participação da sociedade em todos os momentos da política de desenvolvimento urbano, em especial, os sindicatos de trabalhadores/as nas discussões dos preços e serviços públicos, especialmente as tarifas de serviços de transporte, energia, água e esgoto;
- Articular as ações de economia solidária com as ações previstas nos Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda, com as políticas de transferência de renda e de promoção da agricultura familiar;
- Iniciar um processo de reestatização e remunicipalização dos serviços de água, transporte, energia, saneamento, educação e saúde, que já ocorre em vários países.
- Implantar a arborização de áreas degradadas e ofertar programas de educação ambiental nas escolas e comunidades;
- Reforçar a cooperação para facilitar o acesso a pesquisas e tecnologias de energia limpa e renováveis.

EIXO 4 - ESTADO E SOCIEDADE

- Impulsionar uma ampla campanha contra a Reforma Administrativa, assim como, não aprovar nenhuma medida desta reforma nas casas legislativas;
- Realizar concurso público, garantir cotas para negros, nos diversos setores da administração pública municipal, bem como eliminar a transferência de recursos públicos para Organizações Sociais e combater a terceirização;
- Criar, implementar e reformular onde já existe, os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração para as carreiras ainda carentes desta política, especialmente para os setores da Saúde e Técnicos Administrativos, buscando assegurar a equidade de remuneração entre homens e mulheres;
- Implementar instrumentos de transparência no planejamento e execução de políticas públicas;
- Realizar a reforma urbana e expropriação das áreas ocupadas para fins de moradia, dando suporte às políticas públicas sociais, educação, saúde, saneamento, segurança, etc. para as ocupações urbanas;
- Financiar e apoiar políticas, programas e projetos sociais especializados no desenvolvimento social, ambiental e humano;
- Ampliar os investimentos em infraestrutura - energia, transporte, saneamento básico e habitação popular - em consonância com a preservação ambiental;
- Promover política adequada de "preços administrados" possibilitando que os serviços públicos não sejam utilizados para acumulação privada, sejam executados com qualidade e transparência, sendo fiscalizados por mecanismos de controle social;
- Introduzir nas licitações e linhas de financiamentos públicos relacionados a inovações tecnológicas, obras e outras, a exigência de cumprimento de requisitos de preservação do trabalho e emprego, da saúde e do Meio Ambiente;
- Promover parcerias e cooperação entre municípios vizinhos, regiões metropolitanas e outros níveis da administração ampliando os resultados e promovendo o desenvolvimento territorial
- Instituir o Orçamento Participativo Municipal como política de governo para que a população decida as prioridades orçamentárias, e que os conselhos tripartites (governo, servidores públicos e usuários) sejam espaços efetivos de formulação, deliberação, negociação e execução das políticas;
- Convocar todos os setores da sociedade civil local para a participação efetiva em conselhos, conferências, audiências públicas, plebiscitos e referendos nos processos de tomada de decisão, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- Tornar públicas, transparentes e abertas todas as informações da administração municipal, especialmente os indicadores da cidade e dados orçamentários;
- Assegurar diretrizes e índices de reajuste salarial e programas de valorização dos servidores públicos municipais no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária anual;
- Implantar Mesas de Negociação, reconhecendo-as, efetivamente, como instrumento

democrático para aprimorar as condições de trabalho e dos serviços oferecidos à população;

- Instituir Ouvidoria Municipal como um canal direto de diálogo do/a cidadão/ã com o Estado, dando sentido individual à participação social possibilitando aos cidadãos buscar informações, avaliar, criticar e aprimorar os serviços e as políticas públicas;
- Prever mecanismos de fiscalização e controle social por parte da sociedade civil;
- Promover instrumentos eletrônicos de democracia participativa nas decisões do poder público;
- Garantir as liberdades civis e os direitos dos cidadãos, atuando no fortalecimento da democratização da sociedade em todos os níveis;
- Assegurar a participação dos movimentos sociais nas instâncias de decisão de políticas públicas como forma democrática de gestão, garantindo a participação dos trabalhadores/as nos Conselhos Tripartes das políticas públicas de qualificação, emprego e renda;
- Garantir a estabilidade no exercício da atividade sindical e a reintegração dos demitidos/as, conforme os princípios expressos no Artigo 8º da Constituição Federal;
- Fortalecer a organização sindical e democratizar as relações de trabalho do servidor público. Respeitar e fazer respeitar a liberdade, autonomia e representatividade sindical em todos os espaços do município;
- Implementar e promover a interlocução entre servidores e seus sindicatos, bem como entre estes e o poder público, estabelecendo mesas de negociação e respeitando a organização no local de trabalho (CIPAs, COMSATS, delegados sindicais de base, comissões de funcionários, entre outras formas de representação);
- Garantir a liberdade de organização e manifestação, onde o direito de greve seja completamente regulamentado e resguardado;
- Aplicar a Convenção 151 da OIT, instituindo através de lei municipal a Mesa de Negociação Coletiva Permanente, regulamentar seu Regimento Interno por decreto e criar os meios operacionais para seu funcionamento;
- Institucionalizar o CRT - Conselho de Relações de Trabalho no Serviço Público Municipal e as Organizações por Local de Trabalho - OLT - através de Comissões, Comitês ou Conselhos;
- Implantar mecanismos para denúncia de limitação da atividade sindical através de um DISQUE DENÚNCIA ou OUVIDORIA com o objetivo de identificar e corrigir atitudes que prejudiquem a liberdade de organização;
- Combater as práticas antissindicais, garantindo a organização no local de trabalho, assegurando proteção eficaz contra todo ato prejudicial aos trabalhadores/as: demissão por razões de sua condição de representante dos trabalhadores/as, por suas atividades sindicais, por sua filiação a sindicato ou por sua participação em atividade sindical;
- Federalizar os crimes contra dirigentes sindicais;
- Reconhecer o sindicato dos servidores públicos municipais, com liberação de dirigentes e desconto de mensalidade dos sócios.
- Defender as riquezas naturais, evitando a exploração pelo capital nacional e internacional, sejam postas a serviço do bem-estar da coletividade;
- Realizar uma política democrática, tanto no plano econômico quanto no plano social;

- Garantir a manutenção das fundações e empresas públicas contra qualquer tentativa de avanços e privatizações que visem fortalecer o Estado Mínimo;
- Garantir a universalização e manutenção dos serviços públicos de saúde, educação, assistência e previdência;
- Garantir a institucionalização do caráter deliberativo das Conferências de políticas públicas e dos Conselhos.
- Revogar a Emenda Constitucional 95 que congela os gastos públicos, inclusive os investimentos por 20 anos e impede que o Estado garanta serviços públicos de qualidade para toda a população brasileira, sobretudo em tempos de pandemia do coronavírus;
- Recuperar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e da justiça social, implementando políticas monetária e fiscal compatíveis com metas sociais de crescimento econômico, valorização do trabalho e distribuição de renda.
- Elaborar, com participação popular, uma política progressiva de desmercantilização dos serviços públicos essenciais para a população.
- Revogar a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios (DREM).
- Revogar a Lei Kandir e criar instrumentos que assegurem o equilíbrio fiscal, garantindo a alocação dos recursos orientada para a promoção do bem-estar da população e do desenvolvimento econômico, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados como meio de distribuição de renda.
- Combater a Reforma tributária que está em pauta no Congresso e construir, com a sociedade brasileira, uma Reforma Tributária que se pautar pela capacidade contributiva de cada brasileiro, que garanta a progressividade, além de reduzir a carga tributária sobre o consumo;
- Atualizar a tabela de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), com ampliação das faixas de isenção e criação de novas alíquotas.
- Ampliar a arrecadação pública por meio da cobrança e regulamentação dos seguintes dispositivos: instituir a tributação de juros sobre capital próprio, sobre lucros e dividendos e sobre remessa de lucros ao exterior; regulamentar a tributação sobre grandes fortunas; aumentar as alíquotas e a progressividade do Imposto Territorial Rural (ITR) e do imposto sobre herança; e reforçar medidas contra sonegação.
- Desenvolver instrumentos de planejamento e gestão que garantam a intersetorialidade, qualidade, transparência e controle social nos serviços públicos.
- Fortalecer o papel do Estado na defesa do meio ambiente, combatendo a grilagem e a venda de terras a estrangeiros, e a desnacionalização de imensas extensões de território controladas pelas transnacionais.
- Combater a concentração de propriedades urbanas com medidas fiscais progressivas e limitação legal da especulação imobiliária.
- Garantir os equipamentos de acesso à saúde, à educação, ao esporte e ao lazer, bem como a proteção das áreas verdes em todas as regiões das cidades.
- Desenvolver políticas que dotem as cidades de condições adequadas para mobilidade e acessibilidade de toda a população, em particular às pessoas com deficiência.
- Combater o déficit habitacional com o retorno, fortalecimento e aperfeiçoamento de

programas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida, pela destinação de prédios e áreas públicas em desuso e pelo apoio a ações emergenciais, como o aluguel social e outras formas de garantir moradia digna para todos(as).

- Retomar os projetos destinados às famílias com faixas de rendimento mais baixos e a eliminação da habitação em áreas de risco ambiental, bem como as desapropriações, para fins de moradia, dos imóveis urbanos que não cumprem sua função social para fins de moradia.
- Ampliar os investimentos, aprimorar a gestão, melhorar a qualidade e reduzir as tarifas do transporte público coletivo, instituindo o sistema de bilhete único, priorizando a construção e a ampliação das malhas ferroviária e metroviária, das ciclovias e dos corredores de ônibus.
- Fortalecer os mecanismos de democracia direta e participativa na gestão da cidade, como os conselhos municipais e o orçamento participativo;
- Retomar posições internacionalmente coerentes pela defesa dos Direitos Humanos, do fortalecimento da democracia e contra as injustiças sociais.
- Impulsionar a cidadania universal e o livre trânsito das pessoas independentemente da sua nacionalidade, não sendo limitado a mercadorias e bens de capital, atuando para a consolidação de uma política pública de migração e refúgio baseada no paradigma dos direitos humanos em oposição à doutrina de segurança nacional;
- Realizar campanhas de combate ao assédio sexual e moral; Eliminar distorções de remuneração entre homens e mulheres.
- Executar a política de formação dos trabalhadores/as e Implantar o Programa de Valorização dos (as) Trabalhadores (as) nos municípios, contemplando metas voltadas para a Saúde e Segurança no Trabalho, melhoria das condições físicas e de equipamentos nos locais de trabalho, acesso às políticas específicas de Habitação, Cultura e Crédito;
- Cumprir a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica previsto na Lei 11.738/08;
- Reconhecer os sindicatos dos servidores públicos municipais, assim como a Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal no Estado do Ceará (Fetamce), como legítimos representantes das categorias citada no Estado, a fim de propiciar a construção de programas estadual e municipal de valorização dos funcionários públicos das cidades cearenses, especialmente as medidas ligadas à educação e à qualificação profissional;
- Estabelecer a gestão paritária entre Estado e servidores públicos nos regimes próprios de Previdência;
- Criar a “Lei Municipal da Consulta Popular” estabelecendo a possibilidade de iniciativa popular de referendos acerca de questões locais, que também podem ser convocados por quórum qualificado das Câmaras Municipais;
- Criar a “Lei Municipal de Participação Cidadã” prevendo a iniciativa popular de projeto de lei frente ao Legislativo Municipal para que um projeto de iniciativa seja apreciado, desde que seja endossado por 5% do eleitorado local;
- Criar o “Congresso Municipal de Cidadania” instância anual deliberativa da política intersetorial das políticas públicas sociais com a participação de todos os Conselhos Municipais, da prefeitura e de cidadãos eleitos em plenárias populares.

EIXO 5 - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

- Comprometer-se com o respeito e a promoção dos direitos de negros, negras, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, jovens e pessoas com deficiência, além de combater a violência contra a mulher;
- Construir legislação que garanta o afastamento das mulheres grávidas e lactantes de quaisquer atividades, operações e locais insalubres, assegurando a saúde materno- infantil no desenvolvimento de suas atividades laborais.
- Elaborar política de inserção profissional para as mulheres jovens, garantindo opções ocupacionais variadas e em todos os setores da atividade econômica e que não se limitem àquelas consideradas tipicamente femininas.
- Garantir políticas e práticas de não discriminação nos mecanismos de seleção pública;
- Criar metas de inclusão para LGBT, negros(as), mulheres, jovens e pessoas com deficiência;
- Capacitar profissionais e intensificar temas de identidade racial, gênero, geração, orientação sexual e pessoas com deficiência em censos e pesquisas;
- Realizar ações que colaborem com o desenvolvimento da carreira de LGBT, negros(as), mulheres, jovens e pessoas com deficiência;
- Construir legislação que estabeleça cotas para trabalhadoras negras e trabalhadores negros nos concursos públicos da administração direta e indireta e também na contratação das empresas que têm aporte de recursos de recursos públicos de fomentos.
- Construir programa que fomente cotas para contratação de negros e negras nas empresas privadas do município, como forma de corrigir as distorções e a discriminação no mercado de trabalho.
- Aprovar legislação municipal que puna as empresas que cometem discriminação contra a população LGBT;
- Construir legislação que estabeleça cotas para trabalhadores transgêneres, especialmente mulheres trans e travestis, nos concursos públicos da administração direta e indireta e também na contratação das empresas que têm aporte de recursos de recursos públicos de fomentos.
- Construir programa que fomente cotas para contratação de transgêneres, especialmente mulheres trans e travestis, nas empresas privadas do município, como forma de corrigir as distorções e a discriminação no mercado de trabalho.
- Desenvolver programas e formações para o atendimento em saúde equitativo e integral de pessoas LGBT, que sofrem constrangimentos diversos e outros tipos de problemas para que suas demandas específicas sejam atendidas.
- Promover e garantir o processo de transexualização nos equipamentos de saúde municipais.
- Desenvolver ações de prevenção em relação às IST (infecções sexualmente transmissíveis) em geral e particularmente o HIV, com a definição de mecanismos específicos para os grupos que se organizam em cada uma das expressões, identidades e orientações sexuais.
- Promover políticas contra a evasão escolar dos LGBT.
- Desenvolver projetos de desenvolvimento local que promova o respeito às diferenças, e

assegure avanços nas pautas LGBTQIA+, em especial no que se refere à segurança, assim como ações específicas de combate ao conservadorismo.

- Promover a articulação com a União, Estado e outros municípios para a promoção de ações conjuntas de promoção dos Direitos Humanos e da defesa de grupos oprimidos.
- Garantir a promoção de ambientes respeitosos, seguros e saudáveis para as pessoas negras, LGBT, jovens, pessoas com deficiência e do gênero feminino.
- Criar política de não discriminação e medidas de responsabilização no serviço público para quem pratique racismo, homofobia, preconceito geracional e contra pessoas com deficiência e ações misóginas.
- Criar programas de educação em direitos humanos, em vários setores, que promovam o respeito à negros e negras, LGBT, mulheres, jovens e pessoas com deficiência;
- Criar programa de desenvolvimento econômico, de capacitação laboral e de promoção da empregabilidade para as pessoas negras, LGBT, mulheres, jovens e com deficiência.
- Fortalecer e financiar as agendas alusivas aos direitos de negros e negras, LGBT, mulheres, jovens e pessoas com deficiência, como as atividades do dia intencional da mulher, a Parada da Diversidade Sexual, o dia nacional da pessoa com deficiência, o dia mundial da juventude e o dia da consciência negra.
- Criar programa de discussão das questões relacionadas à identidade racial, gênero, pessoas com deficiência, representação juvenil e diversidade sexual na escola.
- Garantir no orçamento ações e projetos com recorte de gênero, raça, juventude, deficiência e contra a discriminação.
- Intensificar programas e ações de combate ao turismo sexual, ao tráfico de pessoas e à exploração sexual de mulheres e crianças.
- Fiscalizar e combater o trabalho infantil; assim como impor sanções severas para quem descumprir e certificação dos empreendimentos que não adotarem essas práticas.
- Fiscalizar e combater o trabalho análogo à escravidão; assim como impor sanções severas para quem descumprir e certificação dos empreendimentos que não adotarem essas práticas;
- Instituir em lei a licença compartilhada de 180 dias para a mãe e de 180 dias para o pai, incluindo as uniões homoafetivas.
- Criar, onde não houver, e fortalecer, onde existir, a Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência.
- Construir a Casa da Mulher Brasileira onde não houver e colocar em funcionamento onde já foi inaugurada, de forma coordenada com a Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência e em diálogo com o movimento feminista e de mulheres, para atender as mulheres do campo e da cidade.
- Melhorar o atendimento primário prestado às mulheres que sofreram violência, no campo e na cidade, promovendo a qualificação dos profissionais e ampliando os horários de atendimento para os períodos noturnos e finais de semana.
- Criar mecanismos no âmbito da Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência para prevenir o feminicídio, assim como equipar os serviços públicos e garantir a punição dos criminosos, conforme Lei do feminicídio (13.104/15).
- Alterar a legislação para tipificação adequada dos atos de violência contra a mulher nos

espaços públicos.

- Criar mecanismos que contribuam para a “mudança de olhar” do profissional sobre o crime, suas circunstâncias, vítima e responsável pela morte, adotando a “perspectiva de gênero” como forma de aprimorar as respostas institucionais para as mortes violentas de mulheres.
- Desenvolver ações com os empregadores públicos e privados para que promovam campanhas de combate à violência organizacional.
- Elaborar legislação que iniba o assédio nos locais de trabalho e nos espaços públicos.
- Promover mecanismos de monitoramento das ações e políticas de combate ao assédio.
- Elaborar plano para zerar o déficit de creches na municipalidade, garantindo equipamentos públicos de qualidade.
- Ampliar o número de creches integrais, tanto diurnas como noturnas, com horários de atendimento compatíveis com as jornadas de trabalho dos pais.
- Estabelecer a licença parental para progenitores ou adotantes, de forma compartilhada, garantindo à mãe o período necessário para a amamentação da criança, conforme orientação da OMS, e estender esse direito às demais trabalhadoras e trabalhadores (rurais e domésticas).

EIXO 6 - POLÍTICAS TEMÁTICAS

- Cobrar do Congresso e/ou da Presidência da República a revogação da Emenda Constitucional 95 (conhecida como PEC 55) que congela os investimentos públicos por 20 anos entre outras ações que reduzem a função social do estado brasileiro.
- Aprimorar e executar políticas de direito à cidade, Saúde e Educação de Qualidade.
- Garantir que 100% dos recursos provenientes dos precatórios do antigo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) sejam destinados à educação, assim como pelo menos 60% seja direcionado para os profissionais do magistério.
- Posicionar-se a favor da revogação imediata da Lei Federal No. 13.097/2015 que permite a entrada de capital estrangeiro no financiamento da saúde no Brasil.
- Gerar políticas que estimulem o crescimento e a formalização do emprego.
- Garantir políticas de educação permanente, com acesso garantido a todos trabalhadores.
- Garantir a liberdade de cátedra ou liberdade de ensino, que é um princípio que assegura a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, enfim, a liberdade plena que os professores possuem de discutir diversos assuntos que entendam importantes para o ensino em sala de aula e em seus grupos de pesquisa ou estudos.
- Garantir a implementação da carga-horária de 30 horas para os trabalhadores do SUS.
- Garantir a Política Pública de Saúde, contando com gestão pública profissional e que a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), em todas as esferas e em todos os serviços, seja 100% pública e estatal, com participação efetiva do Controle Social.
- Democratizar e popularizar as conferências de saúde, garantindo que os Planos de Saúde de cada esfera de governo, bem como os Planos Plurianuais, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano de Ação de Saúde, sejam construídos com base nas diretrizes formuladas nas Conferências de Saúde, que devem ser aprovadas em políticas deliberadas pelos conselhos de saúde, para serem executadas pelos gestores, com efetiva fiscalização;
- Formar Conselhos Locais de Saúde dentro do município, empoderando a comunidade na participação e controle das ações de saúde como também o acompanhamento do emprego adequado dos recursos.
- Combater a criminalização de servidores municipais que tenham cargos de representação sindical, assim como a violência institucional contra as manifestações dos trabalhadores, sejam servidores públicos ou não, criando um programa de mediação de conflitos junto, de forma a garantir o direito à manifestação e organização da classe trabalhadora, sem violência policial e com garantia da integridade física dos mesmos.
- Exigimos o cumprimento das Convenções da Organização Internacional do Trabalho que garantem liberdade de organização sindical e espaços de negociação permanente.
- Implementar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Novo Fundeb.
- Garantir a continuidade da política de creches públicas e de escolas de tempo integral, bem como a valorização dos profissionais de educação.
- Garantir transporte escolar seguro e merenda escolar de qualidade.
- Garantir a remuneração diferenciada e garantia de condições de trabalho aos profissionais

que trabalham na educação do campo, locais de difícil acesso e perigosos.

- Realizar a formação continuada aos professores e demais profissionais da rede de educação de todas as modalidades de ensino para aplicação da lei 10.639/03, que institui o ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Garantir a implementação das metas e a defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- Defender e integrar a novas políticas locais os programas de distribuição de renda, como o Programa Bolsa Família.
- Garantir que os Serviços de saúde e educação sejam 100% públicos, gratuitos, universais e de qualidade.
- Assegurar o acesso universal à água potável – seja através de rede geral, cisterna, ou outro sistema adequado – e, também, o acesso ao saneamento básico, à coleta de lixo residencial, à energia elétrica e ao gás de cozinha, com o fim da mercantilização desses serviços e a garantia de preços justos para a população.
- Ações de orientação do poder executivo aos meios de comunicação, de propaganda e de audiovisual, sobre a importância de não reforçar o trabalho de reprodução social como de responsabilidade somente das mulheres, garantindo a representação do trabalho compartilhado entre homens e mulheres em suas produções.
- Incluir a educação sexual não sexista e antirracista nos currículos escolares.
- Implementar e efetivar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com controle social.
- Implementar uma política pública de planejamento reprodutivo com acesso aos métodos contraceptivos que melhor correspondam às necessidades e perfil das usuárias com participação e responsabilização dos parceiros homens – garantindo o planejamento reprodutivo e o aborto legal e seguro.
- Promover ações e elaborar projetos visando a descriminalização e legalização do aborto e seu atendimento na rede municipal de saúde.
- Garantir o atendimento humanizado para os casos de aborto clandestino que chegam aos hospitais municipais.
- Garantir o parto humanizado, com equipamentos adequados e formação das equipes de atendimento.
- Regulamentar a atividade das doulas e promover o acesso dessa profissional às gestantes, de modo a garantir o apoio físico, informacional e emocional às mulheres durante a gestação, parto e pós-parto.
- Promover o parto domiciliar e facilitar o registro das crianças nascidas por mãos de parteiras ou obstetizes nos domicílios, com registro prévio dessa opção (parto domiciliar) no posto de saúde mais próximo ou no qual a gestante realizar o pré-natal.
- Reverter processos de concessão, privatização e terceirização da saúde, que vem ocorrendo por meio da proliferação das Organizações Sociais de Direito Privado e a contratação de empresas que, sob o discurso da inovação, trazem a precarização do trabalho.
- Acesso a Equipamentos de Proteção individual em quantidade suficiente para garantia de trabalho seguro.
- Capacitação ampla e permanente para trabalhadores, com a adoção de protocolo de

procedimentos condizente com as normas da OMS – Organização Mundial de Saúde de acordo com o exercício profissional específico para cada função.

- Garantia de testagem para situações de crise pandêmica e endêmica de saúde, assim como a imediata emissão de CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho, caso o resultado seja positivo.
- Afastamento imediato de lactantes, gestantes, pessoas acima de 60 anos e que apresentem comorbidades em situações de pandemia e endemia.
- Atendimento psicológico e acolhimento humanizado a profissionais que estão em sofrimento mental.
- Redução da jornada de trabalho para no máximo 30 horas semanais em situações de risco extremo e estresse labora, como nas pandemias e endemias.
- Garantia de pausas para descanso e alimentação nas longas jornadas atuais.
- Garantir indenização para profissionais que estão na linha de frente de combate à pandemia que ficaram incapacitados.
- Vacina para todos! Reivindicar que deputados, senadores e a União referendem o Projeto de Lei 1.320/2020, que altera a lei de propriedade intelectual e garante a quebra automática de patentes quando há declaração de emergência de saúde pública por autoridade ou pela OMS - Organização Mundial de Saúde, garantindo a produção de medicamentos e vacinas;
- Criar o "Fórum Municipal Intersetorial Políticas Públicas pós-pandemia" para aprofundar o desafio de integrar políticas públicas em situação pós-pandemia, construindo uma Agenda Local de saúde, educação, meio ambiente e alimentação saudável;
- Criar a "Escola Municipal Promotora de Saúde" para qualificar os professores, ampliar seus conceitos de saúde e trabalhar com os princípios da Escola Promotora de Saúde, em prol da qualidade de vida de todos aqueles que convivem no ambiente escolar;
- Criar em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do projeto "Roda da Saúde Comunitária" com a participação de todos para trabalhar as relações interpessoais, o clima Grupal, discutir os problemas do território e pensar alternativas de soluções;
- Criar o "Curso universitário e/ou técnico para agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate as endemias (ACE)" permitindo a possibilidade dos ACS e ACE terem uma formação superior e/ou técnica;
- Criar "Campanhas Educativas de Promoção da Saúde" estimulando comportamentos e hábitos saudáveis como alimentação saudável, reciclagem de resíduos sólidos, compostagem e hortas domésticas, dentre outros temas;
- Criar o ampliar de "Academias ao Ar Livre" com a instalações de aparelhos de musculação e exercícios físicos implantados em espaços públicos, como praças e parques, constituindo-se uma espécie de "playground cidadão";
- Criar o "Dia Municipal da Vizinhança" para fortalecer os laços de afetividade e amizade entre as pessoas que moram no mesmo bairro e rua, sendo um momento para vivenciar a interação entre as pessoas por meio de mutirão, revitalização urbana, festival, etc.;
- Criar o "Roteiro de Cicloturismo A Cidade que Pedala" dotando as vias públicas com ciclovias, estações de bicicletas compartilhadas, integrar aos demais modais de trânsito, reestruturar as vias para transporte cicloviário e realizar eventos de passeios e circuitos;
- Criar "Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS" ou Áreas de Especial Interesse Social.

EIXO 7 - JORNALISMO, MÍDIA PÚBLICA E DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

- Reconhecimento da jornada de trabalho de cinco horas diárias - estabelecida no artigo 303 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e nos Decretos-lei 972/69 e 83.284/79 – dos jornalistas contratados no âmbito público municipal, seja por meio de concursos, seleções, cargos comissionados ou terceirização.
- Proibição de desvio de função e de acúmulo de funções nos órgãos públicos e estatais; bem como respeito ao direito de crédito do material produzido pelo profissional.
- Respeito à cobertura e ao trabalho jornalístico por parte dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Adoção de medidas, a partir do Relatório da Violência Contra Jornalistas, que objetivem proteger os profissionais da imprensa.
- Adoção do protocolo municipal de Segurança para Jornalistas e Profissionais da Comunicação, pactuando regras de atuação das forças de segurança, de maneira que garantam o livre exercício profissional da categoria.
- Respeito e diálogo com o Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce) como legítimo representante dos jornalistas que atuam nos municípios do Estado do Ceará (administração direta, indireta e autarquias), na interlocução de pautas da categoria, nas negociações salariais, no repasse da contribuição (imposto) sindical e no desconto em folha de pagamento da mensalidade sindical e taxa assistencial, abrindo espaço para as Organizações por Locais de Trabalho (OLT), por meio de Comissões, Comitês ou Conselhos.
- Pela abertura de concurso público no Executivo e no Legislativo municipal.
- Que os cargos de gestão da programação de veículos impressos e digitais e emissoras do Executivo e do Legislativo sejam ocupados por jornalistas.
- Garantir a independência e a autonomia de veículos públicos em relação a governos e ao mercado, devendo seu financiamento ter origem em fontes múltiplas, com a participação significativa de orçamentos públicos e de fundos não-contingenciáveis.
- As diretrizes de gestão, programação e a fiscalização da programação dos veículos públicos devem ser atribuição de órgão colegiado deliberativo, representativo da sociedade, no qual o Executivo e/ou o Legislativo não devem ter maioria.
- Fomentar a produção independente, ampliando significativamente a presença desses conteúdos regionais nas grades de programação dos veículos públicos.
- Constituição do Conselho Municipal de Comunicação, para formulação, implementação, fiscalização e monitoramento das políticas municipais de comunicação, garantindo ampla participação de representantes da sociedade civil.
- Promoção da inclusão digital e da apropriação crítica das tecnologias pelos cidadãos/ãs, com a criação e garantia de sustentabilidade de telecentros na cidade.
- Definição de mecanismos democráticos e transparentes de distribuição de publicidade oficial, tornando pública a execução orçamentária e incentivando a pluralidade e diversidade da mídia local por meio de recursos voltados para pequenos e médios veículos.

- Criação de fundo municipal para apoio à estruturação e funcionamento de meios de comunicação populares e comunitários e ao desenvolvimento de softwares livres e projetos de midialivrisimo, por meio do diálogo com comunidades e grupos que já desenvolvem iniciativas desses tipos.
- Adoção de softwares livres na administração e no legislativo municipal e licenças livres nos documentos e publicações do município, estabelecendo ferramentas e práticas que facilitem o compartilhamento do conhecimento.
- Realização periódica da Conferência Municipal de Comunicação, espaço deliberativo para aprovação de diretrizes para políticas municipais de comunicação e para a atuação do Conselho Municipal de Comunicação.
- Apoio à criação do Laboratório de Inovação Jornalística do Ceará (LabJorCE), espaço de formação, encontro e reflexão para os jornalistas, fortalecendo sua atuação, ampliando a rede de apoio e a troca de conteúdo e de experiência – e portanto, ajudando a fortalecer o Jornalismo no estado do Ceará, tornando-o mais diverso e representativo.
- Estruturar o Sistema Público de Comunicação dos Municípios do Ceará, com a criação de canais públicos e comunitários de radiodifusão em diversas cidades, através de um processo de articulação institucional entre as diversas prefeituras do estado.
- Criar editais de fomento à política pública municipal de Comunicação, com vistas ao fortalecimento de uma rede de comunicação popular da cidade, com a definição de critérios, que estabeleçam princípios éticos e democráticos para a concessão do benefício.
- Criar programa municipal de educação em comunicação, a ser executado com as entidades representativas dos profissionais de comunicação, por meio de cursos, oficinas e encontros sobre comunicação, de forma instrumentalizar a sociedade para o uso dessas ferramentas e apoiar iniciativas de desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação em comunicação.
- Articular a rede de rádios dos municípios para difundir informações da municipalidade e promover os princípios éticos, constitucionais e democráticos da comunicação no Brasil;
- Garantir a profissionalização da comunicação dos trabalhadores da área no município, criando a carreira pública de jornalistas, publicitários, radialistas e outros profissionais da área, com plano de carreiras e a realização de concurso público no setor.
- Em sendo inevitável a terceirização da contratação de jornalistas, dar prioridade às cooperativas de profissionais da área, para que estes sejam contratados na função e com total respeito aos direitos.
- Garantir o acesso à informação pública ao tornar públicas, transparentes e abertas todas as informações da administração municipal, os indicadores da cidade e os dados orçamentários, assim como instituir, junto à Ouvidoria Municipal, canal permanente e direto de diálogo do cidadão com o poder público, dando sentido individual à participação social e com objetivo de possibilitar aos cidadãos buscar informações, avaliar, criticar e aperfeiçoar os serviços e as políticas públicas, especialmente nas plataformas digitais.
- Utilizar a comunicação do município como uma ferramenta de garantia da democracia e da participação social.

CONTATOS

Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará

R. Padre Barbosa de Jesus, 820, Fátima - Fortaleza, CE - 60040-480

Fone: (85) 3226-1788 | fetamce.org.br | fetamce@fetamce.org.br

Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará

R. Joaquim Sá, 545, Dionísio Torres - Fortaleza - CE - 60130-050

Fone: 3247-1094 | sindjorce.org.br | sindjorce@sindjorce.org.br

Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará

R. Floriano Peixoto, 1464, José Bonifácio - Fortaleza - CE - 60025-131

Fone: 3231-7282 | sindiute.org.br | sindiute@sindiute.org.br

REALIZAÇÃO:



APOIO:

